

DISCUTINDO A NATUREZA POSSÍVEL NA CIDADE CONTEMPORÂNEA UMA PESQUISA NO RECIFE-PE-BRASIL

Edvânia Tórres Aguiar
Gomes¹

INTRODUÇÃO:

Qual a idéia de Natureza possível no mosaico cultural de nossas cidades? Esta pergunta envolve uma complexa reflexão sobre as bases político-ideológicas e religiosas sobre as quais se assentaram as relações entre os humanos entre si e desses para com os não humanos, forjando os paradigmas culturais da relação *Sociedade-Natureza* e a confecção de suas *Paisagens*.

A *Natureza*² é qualificada segundo o jogo de interesses dominantes em cada marco histórico da “civilização”, com maior ou menor grau de refinamento, consoante à ancestralidade selecionada. Historicamente, os espaços urbanos não contemplam entendimentos nítidos acerca do papel da *Natureza*, senão como algo a ser “domesticado”, “ajustado”, ou “urbanisticamente” apropriado. Isso fica bem evidente ao se cotejar a “estranheza” despertada pela presença de elementos da *Natureza*, evocada nas leituras e representações de *Paisagens* elaboradas pelos colonizadores, e posteriores narradores, nas “novas terras descobertas”, em especial nas futuras colônias. Discussão da Alteridade à parte, foram transpostas técnicas de sujeição dos humanos e dos elementos não humanos como substratos à idéia cultural que se queria fundamentar de *Natureza* e *Sociedade*, dos quais somos legítimos herdeiros.

No “mundo da engenharia e da técnica” ideologicamente os elementos físico-naturais são convertidos em acessórios subliminares até o surgimento de protótipos que os substituam. A *Paisagem* vista e qualificada por ser contemplada, *Paisagem* de convenção, opõe-se à *Paisagem* vivida, aquela de todos os dias, “*Paisagem ordinária*”, em simples movimento, submetida aos efeitos econômicos e políticos e a evolução das técnicas.

Este trabalho representa um exercício em torno dessas reflexões. A sua parte empírica foi desenvolvida na cidade do Recife³ -situada no Nordeste do Brasil – singularizada como cidade-anfíbia, embora culturalmente negada como tal. A idéia deste trabalho surgiu a partir da constatação do choque entre as idéias de *Natureza* circulantes nos discursos do senso comum, dos cientistas e dos técnicos e das práticas efetivas dos tratamentos e comportamentos expressos para com a natureza, enquanto forma e conteúdo, possível na cidade. As observações reavivaram o legado cultural dessas práticas.

A expectativa de *artificialização do natural* encontra-se intrinsecamente vinculada à idéia de progresso e modernidade. Bem como na apropriação têm-se a *naturalização do artificializado*. Como a cidade reflete essas máximas, a natureza não tem seu espaço garantido nesse cenário, representado pelas *Paisagens* dos seus usuários.

Por outro lado, cabe destacar que os reencontros de marcas históricas, vislumbrados na representação e leitura da relação dos usuários com o espaço, não implicam na negação de novas inserções e contribuições dentro da construção e dinâmica inerentes à sociedade, desde que bem “enquadradas” na proposta da “modernidade” consagrada.

O poder público encena resgates históricos seletivos da cidade. Propõe revitalizações, renovações e medidas urbanísticas afins, em espaços sob os quais camadas de eventos sucederam-se, no encaminhamento de empreendimentos turísticos e pseudo-ajustes aos “*adjornamentos ambientais*” de protocolos internacionais (Agenda 21, habitat II, etc). Nesses apelos, a história da cidade é passada em recortes ou retalhos, colaborando para confundir tempos e feitos ocorridos. A ausência de discussões e aprofundamentos dessas temáticas, hipostasia a questão da relação *Sociedade - Natureza*. Eticamente, é sabido o que fazer, mas etnologicamente, essa compreensão é negada.

Convive-se com uma idéia de *Natureza* que é rejeitada nas ações e defendida em discursos. Os aterros de manguezais são denunciados repetidamente como prejuízos ambientais, mas sem análise de seus

¹ Profa Adjunta do Departamento de Ciências Geográficas – UFPE/Brasil. E.mail: serrot@elogica.com.br

² Cf. PASSMORE, John. Atitudes to nature. In: PETERS R.S.; Nature and conduct, Royal Institute of Philosophical Lectures, Vo. VIII, 1973-74, London: MacMillan, 1975, p.251-264.

³ Compreendendo 50,00 Km² de planície, 144,92 Km² de morros e 20,00 Km² de áreas aquáticas. O Recife dispõe de 12,00 Km² de áreas verdes e 6,00 Km² de extensão banhada pelo Oceano Atlântico. Com relação à infra-estrutura, cerca de 93% do total de 311.365 domicílios existentes no Recife, são ligados à rede geral de abastecimento d’água, em contraste com apenas 31 % desse mesmo total ligado à rede de esgotamento sanitário. Com relação à rede de drenagem a extensão de galerias é de 584,1 Km, contando com 66 canais que perfazem 114,3 Km de extensão. In: Recife em Números. PCR. 1996.

processos 'socio-ambientais'. O conhecimento científico e técnico que poderia realçar a sua importância, encastela-se na torre acadêmica ou nos institutos de pesquisa. As informações, em especial conduzidas pela mídia, sobre meio ambiente, preservação da *Natureza* e apelos afins, apresentam-se tão dissociadas do contexto do imediatamente vivido, que dificultam uma auto-reflexão e uma análise crítica sobre a questão sócio-ambiental vivenciada no cotidiano dos lugares. Por exemplo, não contemplam os moradores da favela, que reproduzem discursos sobre a natureza distante mas não guardam nenhuma perspectiva de uso dos mangues imediatamente próximo, a não ser como depósitos de detritos e esgotos.

ESTRUTURA DO TRABALHO DE PESQUISA: DIÁLOGO ENTRE TEORIA E PRÁTICAS

Essas inquietações nortearam ao longo de cinco anos, um trabalho de pesquisa, que partindo da reflexão teórica sobre a idéia de *Natureza* e *Paisagem* na evolução do pensamento geográfico, com ênfase em originais da literatura alemã, avançou sobre a análise histórica das representações da *Natureza* nas Paisagens do Recife, contidas em material iconográfico (gravuras, mapas, croquis e fotografias, e reprodução), narrativas e documentação textual e literária.

Na segunda parte do trabalho foi realizada uma análise empírica da evolução das *Paisagens* de três distintos eixos urbanos da cidade do Recife, em diferentes períodos históricos, contemplando estudo comparativo de cartografia, historiografia e dados estatísticos acerca da relação entre a evolução urbana e a ocupação dos espaços naturais. Por exemplo: evolução das manchas de aterros dos cursos d'água e manguezais.

E, na última parte, numa relação dialógica com as partes anteriores foi discutida a representação contemporânea da *Natureza* por parte dos atuais usuários desses eixos. Nesse sentido foram aplicados 600 questionários, que contextualizados revelaram matizes fundamentais na leitura da *Natureza* da *Paisagem para o Recife*.

PINÇANDO NOTAS SOBRE A PAISAGEM COMO EXPRESSÃO CULTURAL SEGUNDO A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO⁴

Apesar de ser conhecida a importância dos fatores naturais e sociais enquanto formadores da Paisagem existem problemas metodológicos com os quais até hoje a Geografia internacional se debate. A Principal dificuldade do problema do método reside na diversidade dos fenômenos geográficos. O caminho percorrido pela evolução histórica da disciplina mostra que as pesquisas pautadas pelo princípio da causalidade científica, caminharam ambicionando trabalhos cientificamente exatos, precisos, predominando até o início deste século as pesquisas científico-naturais. Sendo negligenciados os aspectos sociais, a despeito da preocupação já encetada por Humboldt, na investigação das relações estabelecidas entre o homem e a natureza. Outro impasse construído reside entre a discussão do regional e do geral, entre a abordagem idiográfica ou nomotética do objeto construído.

Como colocou Richthofen (1883:5): Face ao amplo espectro da Geografia de uma forma geral, e em particular da Antropogeografia, existem duas formas de observação: a descritiva da geografia especial ou *Länderkunde*, e a classificação analítica e ordenação sintética a partir de categorias de ocorrência de fenômenos, como as utilizadas pela geografia geral. Ambas formas de tratamento ou observação se complementam. A descritiva oferece um amplo repertório de dados, a geral ordena os dados, separa-os de seus nichos terrestres, operando comparativamente. A geografia descritiva retoma então da geografia geral o conhecimento das relações causais. A apresentação torna-se filosófica. A Corografia (descrição gráfica) transforma-se em Corologia (discurso sobre), para se constituir em ciência dos espaços terrestres.

A descrição apoiada no fundamento da observação e análise sobre a legitimidade e a comparação, sinalizam o caminho do método para a Geografia, que, sozinha não teria nenhum sentido, a não ser pela troca de resultados. Desde o início do surgimento da ciência geográfica geral, se observa a sua dependência com geografias específicas. Esta interdependência está como a análise está para a síntese, ou seja uma tem pouco sentido sem a outra, como Humboldt já afirmava desde 1845⁵. Em meio à esse dualismo inerente à ciência geográfica e na imposta busca de um método científico e a seleção de um objeto próprio é lançada a categoria Paisagem no cerne das querelas que marcaram o pensamento geográfico no final do século passado e os primeiros vinte anos do século XX. Este movimento deflagrado

⁴ Cf. GOMES, Edvânia Tóres Aguiar. Recortes de Paisagens na Cidade do Recife. Tese de doutorado. USP/CFCH/Doutorado em Geografia Humana. São Paulo, 1997.

⁵ Nesse sentido Hettner (1923) também trabalhou a tipologia da Geografia Regional, eliminando a idéia de classificação estrutural. Análise e síntese se complementam. A Geografia geral não deve ser representada como ciência auxiliar ou propedêutica da Geografia.

pela Geografia alemã deu origem ao que seria como Hassinger (1919) formulou, o próprio objeto da Geografia.

Tendo inicialmente a Causalidade científica como apoio (Penck), se ampliando em diferentes ramificações apoiadas entre a Geografia Regional e a Sistemática, a preocupação com a paisagem enquanto objeto da Geografia levou Hettner à tentativa de sistematizá-la num esforço de convergência. As polêmicas que circulavam em torno desse objeto e suas conceituações, alimentaram a Geografia na década de 20, promovendo um abrigo no âmbito da explicação cultural num esforço emblemático de absorver e interpretar as relações estabelecidas entre a natureza física e humana dos elementos sobre a superfície da Terra.

Os conteúdos e processos identificados nessas relações tornavam-se visíveis segundo Schlüter pelas suas formas, bem como eram promovidos ou de maneira indispensável tinham o Homem como agente propulsor, transformador ou simplesmente garantidor desses processos. Poder-se-ia assim, argumentar em favor do resgate da preocupação de Ratzel, através de Schlüter, na sua colaboração sobre a Morfologia das paisagens. A fisionomia e a sua expressão passariam a ser as dimensões denotativas e conotativas.

Schmitthenner disse que a paisagem em si não tinha existência, senão meramente enquanto múltipla diversidade na superfície da Terra. Nesse sentido, deveria ser trabalhada necessariamente pela abstração e valorização, quer dizer através de um processo de seleção, alcançável por meio do pensamento construído. O que o geógrafo entende por Paisagem é o resultado, ou o resumo de tudo o que ele reconheceu ou conheceu através do método indutivo, apoiado na semelhança/similaridade ou diversidade/diferença, segundo determinados lugares e sob determinadas condições. Isso tudo visto e analisado segundo a perspectiva de seu ponto de vista e conhecimento acumulado. Assim, a Paisagem é mais uma reprodução. Aparece também a unidade geográfica como construída a partir dos aspectos inerentes à essencialidade do observador. Só assim é possível a tipificação ou comparação da Paisagem. Segundo Schmitthenner (1951), os conceitos gerais geográficos são determinados pelas ferramentas que o geógrafo, segundo suas necessidades, lança mão. Schmitthenner identificava a Paisagem como unidade desejada pelo homem e pesquisada e representada pelo pensamento.

Uhlig, por sua vez, vem a caracterizar uma paisagem Geográfica como um espaço da Terra, que de acordo com sua composição natural e - especialmente a partir da entrada de grupos humanos - através de uma determinada função ou determinadas funções passa a ser reconhecido, e dentro do processo de socialização se estendendo e se fazendo destacar por determinado elemento dominante de sua composição ou forma. A maneira como esta parte se integra no conjunto obedece a um ordenamento formal vindo a se desenvolver uma tipologia. Sítio e História imprimem fatores individuais no quadro de valorização e destaque da Paisagem, contribuindo para caracterizá-la, para garantir a defesa ou não de sua forma e revela elementos que contribuem na elaboração de um quadro classificatório das Paisagens como um todo. O limite entre Paisagens resulta de dentro para fora do alcance da forma estabelecida enquanto expressão do jogo de forças ecológicas e econômicas em um determinado espaço e circunstância. Através de uma especial influência humana pode a Paisagem Cultural ultrapassar os limites de uma unidade espacial natural.

A Paisagem Cultural não seria possível sem a consideração das mudanças ao longo do Tempo⁶. Nesse sentido segue Wirth (1969:91) dizendo que a Paisagem Cultural poderia ser caracterizada como um quadro de determinação persistente das atividades humanas. Com isso ficaria o significado do fator "Tempo" histórico com uma condição prévia na pesquisa da paisagem cultural. Este entendimento sobre a importância do tempo, encontra-se atualmente no âmbito das pesquisas do presente, em uma condição totalmente oposta, ou seja o tempo é levado em consideração dentro de uma perspectiva do futuro, como agente de prognose, variável quantitativa e também abstrata variável passível de substituição, de manipulação a partir de interesses diferenciados. Em outras palavras essa dimensão temporal se insere em modelos de planos urbanísticos, desenhos espaciais, confecção de paisagens⁷... Por outro lado, os

⁶Nas discussões científicas sobre Tempo e estilos de paisagem, onde Credner (1941) com seu estudo sobre as observações das paisagens culturais norte-americanas, ou onde Leighly (1937) analisou as relações entre os diferentes tipos de expressão nas construções e suas respectivas histórias culturais, ou ainda com Dörries (1952) e Creutzburg (1928), houve sempre a associação com a tradição, enquanto base para a tendência de permanência ou inércia das paisagens.

⁷ O início do entendimento da importância do Tempo e do Espaço dentro da concepção de um modelo integrado, onde as atividades humanas passassem a ser analisadas segundo uma abrangência precisa de seus comportamentos no espaço, especialmente no plano individual, e sempre na tônica da dimensão Tempo e Espaço, aventada por Hägerstrand (1952), foi deflagrada na Alemanha a partir dos trabalhos de Kaster & Lammers (1979). Este processo de análise parte de diversas marcas temporais, ou melhor dizendo marcos históricos, a partir do qual se associa as respectivas expressões espaciais da Paisagem, ou do recorte da paisagem investigada. Este conceito de Tempo envolve então a dimensão dinâmica nele

movimentos e as respostas às intervenções promovidas nos espaços, o grau de inospitalidade, o nível de insatisfação que se verifica, a falta de adesão às reformas urbanas promovidas, refletem a premissa no estudo das paisagens culturais apoiadas na valorização dos elementos históricos que a constituem. Afinal, a experiência tem nos reafirmado que não se pode ir muito longe com a análise da paisagem cultural se se esquece, por exemplo dentro de um contexto como seja a construção da cidade, ou estrutura de planejamento, as categorias psicológicas e históricas que interferiram nas idéias da gerações passadas que se expressaram na paisagem elaborada⁸.

É nessa perspectiva que faz-se necessário o aprofundamento da paisagem⁹ revelada nas práticas dos homens entre si e deles para com a natureza representada e atribuída valores.

REFLEXÕES FINAIS: RESUMINDO OS RESULTADOS INFERIDOS NAS DISCUSSÕES SOBRE A PESQUISA

Os resultados inferidos neste trabalho ratificam a necessidade de serem aprofundados estudos da representação das *Paisagens*, tema tão caro à epistemologia da Geografia e de se incrementar reflexões sobre a idéia de *Natureza* que se deseja ou se programa como “possível” ou “viável” para o espaço urbano que se desenha, em suas diversas escalas, para as nossas cidades, em especial àquelas tributárias do legado da civilização colonizadora ocidental e seu permanente projeto de modernidade.

A contemplação do mundo e a representação das suas formas e descobertas encontra na paisagem o canal para sua expressão. Capturada inicialmente pelo aspecto fisionômico que ostenta, a paisagem detém além de forma, conteúdo e processos, cujas construções emergem de dimensões concretas e simbólicas, históricas e culturalmente situadas. Esses componentes da paisagem e a diversidade de combinações que os seus arranjos físicos e humanos oferecem, inspiram diferentes esforços de abordagens.

Perspectivas objetivamente técnicas e pautadas por rigores do conhecimento científico privilegiam levantamentos de elementos, em especial físico-naturais, integrantes de espaços representados sob a forma de paisagens. Aspectos e formas predominantes locais são cotejados com informações anteriores, classificados e inseridos em estatutos universais. Passam a compor inventários especializados e não necessariamente articulados entre si. Abordagens literárias e artísticas, tanto na pintura, como poesia, música, entre outros, elaboram representações desse mundo contemplado abstrato ou concreto, atribuindo-lhes leituras ilustrativas de componentes subjetivos e estéticos permeados de emoções e significados simbólicos.

Considerada na perspectiva antropológica cultural, ou no campo da psicologia, é reconhecida segundo os princípios da inserção do indivíduo no meio social e suas representações do mundo, histórica e coletivamente trabalhada. Afinal, as sociedades não imputam valores idênticos às paisagens. As percepções nelas e a partir delas construídas, contêm componentes utilitaristas e dimensões simbólicas que, sob formas físicas, encobrem as forças que os animam. É nesse campo que revelam-se a carga de sentidos subjacentes ao entendimento de natureza na paisagem.

Essas e outras inúmeras abordagens imprimem entendimentos distintos à paisagem complementando esforços no sentido de apreender a sua essência. O empenho é contínuo no interesse de desvendá-la. Os méritos desses esforços já se encontram recompensados em suas colaborações.

embutida bem como pontos corológicos, que permitem a construção teórica dos fenômenos identificados. Diferente dos processos de análise da paisagem Cultural até então utilizados, este processo permite e valoriza as forças da paisagem, ao lado disso ele reconhece a importância dos marcos históricos, que consolidaram a paisagem ao longo de determinados períodos fazendo a ligação no nível da interdependência entre espaço e tempo. A escala é determinada pela estrutura da paisagem a ser analisada, bem como pelos recortes temporais adotados. Nesse sentido, pode ser considerado como a consolidação, ou a retomada de pontos de pesquisa iniciados por Thünen (1926), depois Christaller (1933) e Lösch (1940) e hoje aperfeiçoados. Este processo de observar a paisagem não a explica, assim como nenhum outro pode explicar paisagem alguma, porém ajuda a esclarecer seus fenômenos e realças as forças de encaixe que a compõe.

⁸ Este ponto é reforçado também por Ühlig (1956:74), quando ele afirma que se faz necessário o reconhecimento de outras categorias na análise da paisagem: “daß in verschiedenen Epochen aus mder unterschiedlichsten Psyche und technischen Fähigkeit der Generationen heraus nach durchaus unterschiedlichen Plänen zum Gesamtkomplex des heutigen Gebäudes beitragen wurde”.

⁹ Cf. Hard, Gerhard. Die Landschaft der Sprache und die Landschaft der Geographen (Colloquium Geographicum – Hrsg.) Band II, Bonn, 1970.

Querer apreender a paisagem é um desejo legítimo e necessário, almejar esgotá-la, entretanto, no universo de seus meandros é pretender desvendar os segredos do mundo contemplado em todos os seus ângulos. Sabidamente tarefa impossível de ser atingida, até por que se perde a graça dele. As paisagens só existem para quem as representa, independentemente das forças e interesses que movem esse olhar. Essa apreensão implica em arranjos e organizações de elementos, segundo critérios culturais e filtros psicológicos e emocionais próprios.

As representações das paisagens não se repetem, a não ser por massificação cultural, o que não impede que elementos marcantes sejam recorrentes ou alusíveis nessas representações. Conforme pode ser observado nas paisagens das cidades, onde persistem mais fortemente no imaginário coletivo, determinados atributos associados a redes, fluxos, cercas, limites, zoneamentos, edifícios, ao lado de ruidos, poluições diversas, canais, linhas, perdas de relação de vizinhança, espaços centrais diariamente saturados e noturnamente desertos e, principalmente a ausência de natureza em forma nativa, ou, encontrada reproduzida ou artificialmente simulada.

A paisagem envolve naturezas não uniformes, gerando apreensões descontínuas que brotam da ontológica diferenciação dos sítios e lugares, inserindo-se no jogo de forças econômicas e culturais. Dessa forma, seletivamente, os elementos da natureza são apreendidos na história da confecção de paisagens culturais idealizadas para as cidades. Esses e outros aspectos presentes nas representações de paisagens das cidades, convidam a reflexões privilegiando a relação nelas estabelecidas com a natureza. Regida pelo ideário do progresso e reelaborada dinamicamente para permanecer sempre na moda (sentido de Benjamim), a cidade tem no adorno da questão sócio-ambiental um dos alvos reveladores da sua contradição.

Historicamente na construção das cidades, os aspectos sócio-ambientais foram predominantemente valorizados segundo princípios estéticos e de apazibilidade, onde, devidamente modelados e adequados a padrões de urbanização, incorporam valores de usos e trocas. Assentada sobre essa base, a cidade cresce em suas manchas urbanas, absorve novos espaços adjacentes, considerando progressivamente a natureza como desafio a ser superado e domado, podendo na persistência, ser economicamente explorado como reserva, raridade ou relicário.

A idéia de natureza da cidade carece de maior reflexão. As práticas definidas pelos usuários públicos e privados da cidade afastam-se ou não guardam mínimas afinidades com o que teoricamente defende-se nos tratados e discursos ambientalistas. Afinal o que é natureza? Esta pergunta aparentemente tão simples de responder não encontra eco plausível na história da confecção de Paisagens de nossas cidades. Os pilares sobre os quais foram edificados os espaços urbanos não contemplam entendimentos nítidos acerca da existência da natureza possível. No “mundo da engenharia e da técnica” ideologicamente os elementos físico-naturais são convertidos em acessórios subliminares até o surgimento de protótipos que os substituam.

A paisagem vista e qualificada por ser contemplada, paisagem de convenção, opõe-se à paisagem vivida, aquele de todos os dias, “paisagem ordinária”, em simples movimento, submetida aos efeitos econômicos e políticos e às transformações técnicas¹⁰. O período atual é possivelmente aquele onde a paisagem vivida põe questões essenciais aos adeptos da paisagem de convenção acerca da existência de sensibilidades mais profundas, que não são objeto de uma estética oficial e que revelam valores afetivos, simbólicos ou funcionais, coletivos, arraigados ou ancorados à história dos povos¹¹.

Este trabalho representa um exercício entorno dessas reflexões. Desenvolvido na cidade do Recife, cidade-anfíbia culturalmente negada como tal, este trabalho partiu de hipóteses de que a idéia de natureza não se encontrava com contornos definidos na concepção dos usuários da cidade. Essas hipóteses reavivaram o legado cultural sobre as quais foram assentadas. Os reencontros das falas e expressões “nostálgicas” de cenários bucólicos, não recuperam idéia de natureza primitiva do sítio, ou sequer de paisagens como condicionantes naturais. Os resultados da pesquisa, independente do eixo onde foi realizada, identificam cultos a uma história de cidade, que já surgiu “valente” por domar os elementos da natureza. A expectativa de artificialização do natural encontra-se intrinsecamente vinculada à idéia de progresso e modernidade. Como a cidade reflete essas máximas, a natureza não tem seu espaço garantido nesse cenário, representado pelas paisagens dos seus usuários.

O meio físico-natural é a base de consolidação, da qual se empresta o uso e a ocupação, mas não necessariamente contemplando seus atributos próprios. O poder público encena resgates históricos seletivos da cidade. Propõe revitalizações, renovações e medidas urbanísticas afins, em espaços sob os quais camadas de eventos sucederam-se. Elegendo o ponto significativo desse resgate histórico enceta campanhas de sensibilização e comoção social, com vistas a garantir cumplicidade do público no encaminhamento de empreendimentos turísticos.

¹⁰ LUGINBÜHL, Yves. “L’invention dy paysage” In: *Courrier de la Planète*, nº 17, Juin, 1993.

¹¹ Idem, *Ibidem*.

Nesses apelos, a história da cidade é passada em recortes ou retalhos, colaborando para confundir tempos e feitos ocorridos, em especial para aqueles que não tiveram oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre essa dimensão. Esses planos de preservação e recuperação urbana de sítios históricos e monumentos, suscitam dúvidas quanto aos beneficiados pelo resgate do seu legado na história de uma cidade colonial apropriada por portugueses e holandeses, principalmente, no seu início. Afinal de qual história procura-se raízes? O que é ralçado nesse resgate? que edificações e monumentos se cultua? Além disso, como pode ser apreciado nas falas, os elementos físico-naturais de uma parcela da cidade privilegiada pelo porto, mar, rios, e panoramas a partir de suas pontes, não foram contemplados nos planos oficiais de valorização, assim preteridos pelos edifícios que adotam novos usos e serviços voltados ao turismo e ao lazer noturno.

Os parques são absorvidos como exemplares de “urbanidade”, no entanto, questionamentos maiores acerca de alternativas, fazem emergir sugestões de usos sociais coletivos básicos de saúde e educação. Afinal, o lazer pode ser obtido dentro do contexto cultural da sociedade, e não necessariamente despertado artificialmente. Por outro lado, parques como aprisionamento da natureza selecionada e aparada no seu aspecto selvagem, reservas ecológicas e matas cercadas, se constituem em vitrines da natureza, e como tais incorporadas ao mobiliário da cidade, por si flexíveis à moda.

Os aterros de manguezais são denunciados repetidamente como prejuízos ambientais, mas sem a dimensão em que essas perdas e danos ocorrem, nem as suas conseqüências. A impressão é de discursos mecanicamente reproduzidos e dissociados da prática, como os moradores da favela, que não guardam nenhuma perspectiva de uso dos mangues, a não ser como depósitos de detritos e esgoto.

A ausência de discussões e aprofundamentos dessas temáticas, hipostasia a questão da relação sociedade - natureza. Eticamente, é sabido o que fazer, mas etnologicamente, essa compreensão é negada. Convive-se com uma natureza que é rejeitada nas ações e defendida em discursos. O conhecimento científico e técnico que poderia realçar a sua importância, se encastela na torre acadêmico ou nos institutos de pesquisa. O rebatimento dos projetos de defesa e preservação ambiental revelam utopias na perspectiva das reais intervenções. Olhares mais acurados experientes antecipam inviabilidades de suas execuções, permitindo prognosticar possíveis “ilhas” e “cercas” ambientais como enclaves à própria dinâmica de expansão da cidade, e como tal obviamente nati-mortos.

As informações, em especial conduzidas pela mídia, sobre meio ambiente, preservação da natureza e apelos afins, apresentam-se tão dissociadas do contexto do imediatamente vivido, que dificultam uma auto-reflexão e uma análise crítica sobre a questão sócio-ambiental vivenciada no cotidiano dos lugares.

Esse estado de desinformação ou deformação conduz à uma alienação progressiva materializada em práticas que reforçam a negação da natureza na cidade envolvendo desde dimensões mais singulares até as mais ubíquas.

A pesquisa histórica em mapas, e depoimentos, bem como através de poesias, instigou a prosseguir nessa recuperação das bases conceituais e de compreensão dos elementos físico-naturais na paisagem. A análise comparativa das fotos, representa um excelente recurso de reconstituição, apoiada também em mapas. Abre-se uma nova perspectiva para continuidade desse trabalho. Por outro lado, o estudo das representações de paisagens da cidade segundo esses recursos despertou novas inquietações acerca da assimilação da cidade pelos seus usuários.

Além desses aspectos, particularmente a dimensão teórica da paisagem e o seu rebatimento na prática, nunca pareceram tão cheios de dúvidas e possibilidades. Ao mesmo tempo em que é pleno de riquezas e possibilidades, o seu estudo apresenta tantas diversidades de enfoques e abordagens que, em determinado estágio suscita questionamentos acerca dessa amplitude.

Afinal, se essa categoria é tão completa que abrange múltiplas perspectivas e permite abrigar amplo leque de abordagens, desde o subjetivo ao objetivo, do emocional ao racional, do geral e do singular, ela pode perder-se na superficialidade ou no esvaziamento de seus propósitos. Em outras palavras reluzir-se inocuamente no seu ambicioso posto panóptico.

A combinação da análise da paisagem com estudos sobre as representações das relações estabelecidas com a natureza, contemplando o seu entendimento no espaço das cidades, impulsionou outros desdobramentos que reafirmaram novas incertezas e dúvidas. A principal reside na idéia de natureza na cidade. Esses resultados iniciais da pesquisa apontam com bastante ênfase para o legado cultural como suporte para negação da natureza. Por outro lado permanecem discursos sobre a sua importância e necessidade.

Esses e outras séries de exemplos que poderiam ser declinados, reforçando o ilustrado pelas respostas trabalhadas ao longo deste trabalho, levam à reflexão de que não há reconciliação possível entre o que se entende por natureza e o que se faz com ela na cidade. É suposto que essa temática deva ser mais

aprofundada e seus resultados assumidos. Até como impacto é importante saber que não se quer definitivamente a presença de natureza na cidade. Pode ser que com essas inquietações em escala ampliada atente-se para o que seja a natureza desejável para a cidade. No ritmo veloz que a sua negação está se processando trabalhar com esse distanciamento entre a teoria e a prática não se apresenta muito promissor.

A paisagem revela-se uma instância oportunamente possível de realçar essas relações sociedade natureza e suas compreensões no espaço da cidade, em suas diversas abordagens, inclusive e especialmente pelo caráter subjetivo das manifestações arraigadamente consolidadas na cultura historicamente estabelecida.

É nessa perspectiva que situa-se meu interesse em prosseguir nessa trilha da paisagem confeccionada e/ou selecionada na e para a cidade. Paisagem como representação, como utopia, como rememoração.

BIBLIOGRAFIA

- ALIATA, Fernando e SILVESTRI, Graciela. . *Los Fundamentos de Las Ciências de Hombre. El paisaje en el arte y las ciencias humanas*. Tucumã/Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994.
- ALPHANDÉRY, Pierre, BITOUN, Pierre, DUPONT, Yves. *L'équivoque écologique*. Paris : La Découverte, 1991.
- BAILLY, A. *La perception de l'espace urbain*. Paris: C.R.U., 1977.
- _____. *Représentations spatiales et dynamiques urbaines et régionales*. Montréal: Editions régionales européennes, 1986.
- BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften* (GS) Band I, 3. Frankfurt a.M: Suhrkamp, 1980.
- _____. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: Artes do Fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHATELIN, Yvon et alli. Du Milieu Naturel comme lieu de rencontre in : *Milieux et Paysages*. Recherches en Géographie. Paris : Masson, 1986. p. 5-16.
- GOMES, Edvânia T. A. *Espaço, Planejamento e Gestão dos Serviços Públicos - Uma abordagem geográfica na Região Metropolitana do Recife*. Recife: Dissertação de Mestrado, CFCH/UFPE, 1989.
- _____. Inquietação em torno do debate sociedade - natureza no espaço da cidade. In: SOUZA, Adélia et al (Org.). *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo : Hucitec, 1993.
- _____. Nos meandros intraurbanos da pesquisa geográfica social. *Revista de Geografia*. Recife : UFPE/DCG-NAEG. v.10, n.2, 1994. p.23-36.
- _____. Paisagem: trilha Fugaz e permanente na análise dos espaços. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE/DCG-NAEG. v. 11, n. 1, 1995. p. 19-36.
- _____. Recortes de Paisagens na cidade do Recife – uma abordagem geográfica. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1997.
- HARD, Gerhard. *Die Landschaft der Sprache und die Landschaft der Geographen* (Colloquium Geographicum - Hrsg) - Band II, Bonn : 1970.
- _____. Die Geographische Landschaft und ihre Erforschung. In : STORKEBAUM, Werner (Hrsg.). *Zum Gegenstand und zur Methode der Geographie*. (Wege der Forschung - Band LVIII) Wissenschaftliche Buchgesellschaft - Darmstadt: 1975.
- _____. *Problemwahrnehmung in der Stadt - Studium zum Thema Umweltwahrnehmung*. Osnabrück: Selbstverlag des FBs. 2 der Uni-Osnabrück, Band 4, 1981.
- LUGINBÜHL, Yves. "L'invention dy paysage" In: *Courrier de la Planète*, nº 17, Juin, 1993.
- MENEZES, José Luiz da Mota. (Org.) *Atlas histórico cartográfico do Recife*. Recife: FUNDAJ/Massangana/PCR/URB/DPSH, 1988.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O primado da percepção e suas consequências filosóficas*. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas : Papyrus, 1990.
- MORIN, Edgar. *O método: o conhecimento do conhecimento* Lisboa : Biblioteca Universitária, 1986.
- MOSCOVICI, Sergio. *A sociedade contra a natureza*. Petrópolis : Vozes, 1975.
- RELPH, Edward. (Hrsg.) *Die Städte in den 80er Jahren. Demographische, ökonomische und technologische Entwicklungen*. Opladen : 1985.
- RORTY, RICHARD. *A Filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro : Relume- Dumará, 1994.
- ROSSET, Clément. *A anti-natureza, elementos para uma filosofia trágica*. Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 1989.
- ROUGERIE, Gabriel e BEROUTCHACHVILI, Nicolas. *Géosystèmes et paysages*. Paris : Armand Colin, 1991.
- SANTOS, Milton. "Técnica, espaço, tempo - globalização e meio técnico-científico-informacional", São Paulo: Hucitec, 1994.
- SCHLÜTER, Otto. *Die Siedlungsräume Mitteleuropas in frühgeschichtlicher Zeit*. (Erster Teil : Einführung in die Methodik der Altlandschaftsforschung). Remagen : Verlag des Amtes für Landeskunde, 1952.
- SCHMITHÜSEN, Josef. "Grundsätze für die Untersuchung und Darstellung der naturräumlichen Gliederung von Deutschlandin". In: *Deutsche Landeskunde* 6, 1949.

- SCHULTZE, Joachim H. *Begriff und Gliederung Geographischer Landschaften* (Sonderausdruck aus Forschungen und Fortschritte) Band 29, Heft 10 , Oktober. Berlin : Akademie Verlag, 1955.
- SHIELDS, Rob. *Places on the margin: alternatives geographies of modernity*. New York : Routledge, 1991.
- SILVA, Armando Corrêa da. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, Milton., SOUZA, Maria Adélia (Coord.) *O espaço interdisciplinar*. São Paulo : Nobel, 1986.
- SILVA, Armando Telles da. *Imaginários urbanos: Bogotá & São Paulo* : Cultura y comunicación urbana en America Latina, Tercer Mundo Editores, Colombia, 1992.
- TURBA-JURCZYK, Birgitta. *Geosystemforschung: Eine disziplingeschichtliche Studie zur Mensch - Umwelt - Forschung in der Geographie*. Giessen: Giessener Geographische Schriften, Heft N° 67 - Universität Giessen, 1990.
- WEICHHARD, Peter. *Raumbezogene Identität Bausteine zu einer Theorie räumlich-sozialer Kognition und Identifikation*, Erdkundliches Wissen, H.102. Stuttgart : Franz Steiner Verlag, 1990.
- WILLIAMS, Raymond, *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*, São Paulo : Companhia das Letras, 1989.
- WIRTH, L. "Urbanism as a way of life". In: *American Journal of Sociology*, Bd.44. Chicago III. 1938/39, p.1-24.